



Número: **0801708-17.2021.8.20.5100**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Comarca de Assu**

Última distribuição : **11/06/2021**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
79070383	24/02/2022 15:00	Apelação	Apelação
79073200	24/02/2022 15:00	RECURSO- PEDRO PATRÍCIO	Petição
79070419	24/02/2022 15:00	LAUDO MÉDICO CONTRA PROVA - PEDRO PATRÍCIO	Documento de Comprovação
79072473	24/02/2022 15:00	Assú Notícia_ JOVEM BATE EM POSTE ENTRE O FELIZ ASSU E COHAB; VÍTIMA AGUARDOU QUASE UMA HORA PELO SO	Documento de Comprovação
79073180	24/02/2022 15:00	LAUDOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
79073198	24/02/2022 15:00	ACERVO FOTOGRÁFICO	Fotografia

em anexo





MOSSORO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Kelly Maria Maria do Nascimento

Wamberto Albino Sales

Rua Antonio Vieira da Sá 986

Aeroporto-Mossoro-RN.

Tel.(83)9.9622-0859

balbinossegueros@gmail.com

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE ASSU/RN.**

Processo: 0801708-17.2021.8.20.5100

Recorrente: PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO.

Recorrido: SEGURADORA LÍDER

Douto Julgador,

PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS, que move contra demandada, em tramite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, inconformado em parte com a r. Sentença, com fulcro nos art. 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, vem interpor

RECURSO DE APELAÇÃO,

Requerendo se digne Vossa Excelência, determinar o regular processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo os autos a Instancia Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, o Recorrente, pleiteia na exordial, os beneplácitos da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Assu/RN, em 24 de fevereiro de 2022.

Kelly Maria M. Nascimento
OAB/RN 7469



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo: 0801708-17.2021.8.20.5100

Recorrente: PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO.

Recorrido: Seguradora Lider

-RAZÕES.

**COLEDA CÂMARA CÍVEL,
MM. JULGADORES,
ÍNCLITO RELATOR.**

PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, podendo ser intimado no endereço que consta no preâmbulo da inicial, vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **Razões**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

- EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O recorrente, invocou a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para receber o seguro DPVAT, negado via administrativa onde a recorrida negam o pagamento da indenização não restando ao jurisdicionado outro caminho senão invocar a tutela do Estado, por intermédio do Poder Judiciário, para que a norma jurídica seja evidentemente cumprida.

O fato é que a demanda foi julgada "improcedente", onde o Juiz "a quo", firmado na prova pericial absolutamente contraditória, omissa e inconclusiva, pois fere os ditames legais disciplinados no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, conforme restará plenamente demonstrado nos autos.

-DOS MOTIVOS QUE ENSEJAM A REFORMA DA R. SENTENÇA:

O Direito é uma ciência dialética, se transforma e altera-se em conformidade com os fatos sociais, as demandas da sociedade, se não forem observados dados técnicos, detalhes processuais, minúcias e determinações inseridas no contexto legal, podem sucumbir pleitos legítimos, onde o julgador de primeiro grau, não tem o dom da supremacia como ser humano pode perfeitamente cometer equívocos, visto que, apenas Deus, é infalível, justo e soberano em todas as coisas, pois como já diziam os romanos: " **Errare humanus est**" -(Errar é próprio do homem).

Inferre-se nos autos que embasado na prova pericial não restava outro caminho ao Douto Julgador, mesmo porque tratando-se de DPVAT, somente após a juntada da prova pericial o juiz terá condições meios de sentença os autos. Todavia, a demanda fora julgada improcedente senão vejamos:



" ... 3. DISPOSITIVO

POSTO ISSO, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial.

Condeno a parte autora no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, ficando a exigibilidade suspensa por força do disposto no artigo 98, § 3º do CPC.

Havendo embargos de declaração, intime-se a parte embargada, por seu advogado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos embargos de declaração interpostos pela parte embargante (art. 1.023, §3º do CPC).

Havendo apelação, nos termos do § 1º, do art. 1.010, do CPC, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, adotando-se igual providência em relação ao apelado no caso de interposição de apelação adesiva (§ 2º, art. 1.010, do CPC), remetendo-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, independente de juízo de admissibilidade (§ 3º, art. 1.010, do CPC).

Após o trânsito em julgado determino o arquivamento dos autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se..."

O fato é que nos autos o ponto fundamental imprescindível para o deslinde da lide, firma-se na produção da prova pericial, conforme determina o art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. Destarte, segundo a norma legal infra citada deve ser graduado quando da realização da prova a "repercussão e o dano" no seguimento ao qual encontra-se vinculado o ponto onde encontra-se fincado a debilidade.

A prova em nosso ordenamento jurídico ocupa um papel determinante no processo de conhecimento, uma vez que as meras alegações, desprovidas de elementos capazes de demonstrá-las, pouca ou nenhuma utilidade trarão à parte interessada, pois serão tidas por inexistente. Todavia, a prova produzida nos autos é absolutamente contraditória com o real estado físico do Apelante.

O laudo pericial descreve:

"

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado
Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

2) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra (m)-se acometida(s):

COXA DIREITA (FRATURA OBLÍQUA DO FÊMUR).

As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico-hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

DISSIMILAR COM COXA DIREITA (DO OSTEONECROSE DO FÊMUR)

☒ De alta médica.

Na r. sentença consta o seguinte:

"No caso dos autos, o laudo pericial ID 72987042 constatou que a parte autora, embora tenha sofrido lesões em decorrência do acidente



descrito na inicial, tais debilidades afetaram o patrimônio físico do segurado apenas temporariamente, não havendo lesões permanentes que justifiquem o pagamento de indenização, vez que inexistente invalidez permanente de segmento corporal da parte autora..."

A gama de documentos, provas reportam de forma incontestada da gravidade das sequelas advindas do acidente de trânsito, sendo que, o laudo é absolutamente contraditório, para tanto, basta analisar os prontuários, provas fotográficas e especialmente a contra-prova pericial acostada aos autos que reporta o dano no Recorrente senão vejamos:

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)	
DATA DO ACIDENTE: 30/9/2020	DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO: 30/9/2020
NOME COMPLETO DA VÍTIMA: Pedro Paulo da Silva Neto	
LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE: Fratura de fêmur direito	
DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATAS): Tratamento cirúrgico	
GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)	
SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO	
1ª	Perda de amplitude de movimento, limitação
2ª	Perda com encurtamento do membro de ± 2 cm.
3ª	Perda com a marcha claudicante
4ª	apresenta atrofia muscular
5ª	75% - Grave
AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VÍTIMA NO PERÍODO DE <u>Novembro</u> A <u>Janeiro</u> E QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.	
<u>Monau - RN</u>	<u>14/2/22</u>
LOCAL	DATA
ASSINATURA E CARIMBO Victor Crispim Médico Ortopedista RQE 11146	

A contraprova reporta graduação no membro inferior direito em 75% (setenta e cinco) por cento, com sequelas na deambulação e encurtamento no membro de aproximadamente 2cm em relação ao outro seguimento, onde o Recorrente, caminha, anda "manquejando".

Ora Douto Relator, as provas inseridas nos autos não deixam a menor dúvida, questionamento da gravidade do dano produzido no membro inferior direito conforme se constata nos autos.



Reporta ainda o Apelante que quando da realização da prova pericial os autores/pacientes são periciados de forma efêmeras, rápidas onde na grande maioria as análises são realizadas em minutos onde com certeza não se pode aferir, creditar um formato probante e de segurança aos resultados produzidos.

A determinação da graduação da **"repercussão e extensão do dano"**, não é mera deliberação, insatisfação do Recorrente, **mas sim derivada de clara, nítida imposição do art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, se não vejamos:**

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, **a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa**, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá:"

As reduções corresponde aos seguintes percentuais:

"- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa;

-50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão;

-25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão;

-10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."

O Recorrente acostou aos autos contraprova que retratam o estado físico atual e real, que demonstram a gravidade, o percentual das sequelas advindas em razão do acidente-(art. 5º da Lei 6.194/74).



-DA OMISSÃO DA PROVA PERICIAL.

O fato Douro Relator é que diante da prova pericial foi omissa, falha ao omitir não retratar as sequelas que impossibilitam os movimentos, força do membro inferior direito. A contraprova acostada somadas ao prontuário médico, atestados, provas fotográficas possibilitam o estado físico e real atual do Apelante, de forma clara, nítida sem maquiagem, desprovida de qualquer interesse.

O Art. 437, do Código de Processo Civil, determina:

“ O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização da nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida .

Não obstante a legislação conceda ao juiz ampla liberdade na direção do processo, essa prerrogativa não pode se afastar dos seus limites, cerceando produção de provas, visto que, os fatos por ela alegados, são pertinentes e necessários ao deslinde da demanda realizado dentro do contencioso. Destarte, a prova pericial realizada data vênua, é contraditória, conflitante, resta claro a deficiência da perícia, retratada por um laudo lacônico, onde gradua uma invalidez apenas num seguimento não faz qualquer menção a extensão do dano, ao contrario desvinculou qualquer prejuízo dano ao Recorrente.

-DO RESULTADO DA PROVA PERICIAL.

O artigo [130](#) do [CPC](#) permite ao julgador, em qualquer fase do processo, ainda que em sede de julgamento da apelação no âmbito do Tribunal local, determinar a realização das provas necessárias à formação do seu convencimento, mesmo existente anterior perícia produzida nos autos.

A defesa do Apelante, vem acompanhando a realização das provas produzidas em demandas similares, alguns peritos não vem dimensionando a extensão em conformidade com a norma jurídica, apenas concentrando a invalidez num determinado seguimento preterindo a repercussão do dano em relação ao membro principal. Desta forma, a garantia constitucional relativa ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa, como bem define Cândido Rangel Dinamarco, em sua obra - (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. III, p. 48, afirma:

“Na Constituição o direito à prova é inerência do conjunto de garantias do justo processo, que ela oferece ao enunciar os princípios do contraditório e ampla defesa, culminando por assegurar a própria observância destes quando garante a todos o due process of law (art. 5º, inc. LIV e LV).”

Pelas considerações formuladas o STJ comunga do entendimento de ser possível aos tribunais determinarem a realização de provas até mesmo diante de casos envolvendo direitos disponíveis, conforme se depreende dos julgados colacionados, a exemplo do transcrito abaixo:

“PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES A EMBASAR A DECISÃO. INICIATIVA PROBATÓRIA DO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE. ART.



130 DO CPC. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.(...)

2. Na hipótese de perplexidade ante as provas constituídas no curso da demanda, é facultado ao magistrado determinar, de ofício, a produção de prova pericial, com vistas à formação de seu livre convencimento motivado. Inteligência do art. 130 do CPC.”(Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag N. 655.888/MG. Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA. Julgamento: 02/06/2005. Órgão Julgador: Quinta Turma. Publicação: Diário da Justiça de 22/08/2005, p. 339.”

É fato que algumas provas dentre as quais a perícia que “auxiliou” o Juiz “a quo” a prolatar a r. sentença, onde data vênha de forma indubitável deve ser reformada, visto que, comprovadamente a “**contra prova**” apresenta um percentual consubstanciado na vasta prova medica acostada aos autos.

Ainda em referência a possibilidade de a instância recursal determinar a realização de provas em causas envolvendo direitos indisponíveis, destaca-se posicionamento favorável de Nelson Nery Júnior:

“ Essa atividade probatória do juiz nas ações que versam sobre direitos indisponíveis é admissível também no segundo grau de jurisdição –tanto nas causas de competência originária ou em grau de recurso -, podendo o tribunal, ex officio ou a requerimento do MP ou de qualquer das partes, determinar a realização da prova diretamente ou converter o julgamento em diligência para a realização da prova.”(NERY JUNIOR, 2008, p. 390).

No processo os litigantes têm direito de deduzir suas pretensões e defesas, apresentar e realizar as provas que requereram para demonstrar a existência de seu direito, em suma, direito de serem ouvidos terem as mesmas oportunidades paritariamente no processo em todos os seus termos.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Dispondo sobre a estruturação do laudo pericial, o artigo 473 do Código de Processo Civil exige que o perito judicial apresente:

a) a exposição do objeto da perícia – trata-se de uma explanação clara do perito sobre os elementos que integram o objeto da perícia, inclusive destacando as principais questões a serem esclarecidas pelo trabalho pericial.

b) a análise técnica ou científica realizada – o perito deve relatar detalhadamente e através de linguagem simples como desenvolveu o trabalho técnico ou científico, de modo a permitir que o juiz, as partes e o Ministério Público compreendam todos os fundamentos que o levaram a uma determinada conclusão.

c) a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da



qual se originou – além de relatar a “análise técnica ou científica realizada”, deve o perito indicar e esclarecer qual método utilizou para alcançar suas conclusões, comprovando que tal metodologia é a predominantemente aceita pelos especialistas dessa área do saber.

Patente, portanto, a imprestabilidade do referido exame para se apurar, com exatidão, com certeza, como ordena a Lei, o percentual da incapacidade do membro inferior direito do Apelante.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. LAUDO PERICIAL CONTRADITÓRIO. LESÃO TRATADA COMO TEMPORÁRIA. NECESSIDADE DE TRATAMENTO CIRÚRGICO. PERMANENTE. DESCONSIDERAÇÃO DO LAUDO OFICIAL PELO JUÍZO A QUO. RETORNO AO JUÍZO DE ORIGEM. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. 1. Antes de conhecer do presente recurso, há uma questão prejudicial a ser analisada. 2. O art. 3º da Lei nº 6.194/74, (alterado pela Lei nº 11.482/07), é taxativo quando dispõe que os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada. Ocorre que o laudo pericial, realizado para fins de instrução do processo (fls. 51/53), constatou que o dano sofrido, pelo periciado, em decorrência do acidente, não teve natureza permanente, mas sim temporária, que não é indenizável. 3. No entanto, no caso em apreço, em simples análise do laudo pericial acostado às fls. 51/53, **constata-se que há respostas contraditórias e inconclusivas no parecer técnico produzida nos autos, sobretudo porque hora o expert afirma que o periciado possui uma lesão apenas temporária e hora que esse necessitaria de um tratamento cirúrgico, o que não deixa claro se a lesão é, realmente, temporária ou permanente.** 4. Assim, como a prova pericial produzida não permite um juízo seguro de convicção acerca da existência de lesão permanente, tampouco o grau suportado, a complementação da perícia é medida que se impõe. 5. O apelante alega que o juízo a quo desconsiderou o laudo oficial ao usar como fundamento informações contidas na perícia realizada pela seguradora, como a lesão temporária alegada ter sido quantificada com 75% no joelho direito, o que não ocorreu na perícia oficial, já que é dispensada a quantificação da lesão temporária, restando claro que a desconsideração do laudo oficial acostado aos autos do processo por parte do magistrado. 6. Sentença anulada de ofício. Recurso prejudicado. Apelação Cível nº 0015901-19.2017.8.06.0115. (Relator (a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE; Comarca: Limoeiro do Norte; Órgão julgador: 2ª Vara; Data do julgamento: 29/07/2020; Data de registro: 30/07/2020)."

E mais:

Segundo atual entendimento do STJ e da jurisprudência majoritária do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, determina o seguinte:

" Apelação Cível n. 2013.074493-7, de São Miguel do Oeste Relator: Des. Subst. Rubens Schulz

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA ALEGANDO NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA PARA ATESTAR O GRAU DE INVALIDEZ. TESE ACOLHIDA INDEPENDENTEMENTE DA DATA DO ACIDENTE. RECURSO PROVIDO. **"EXISTÊNCIA DE ENTENDIMENTO PACÍFICO NO STJ NO SENTIDO DE APLICAR A GRADUAÇÃO DA**



INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM A EXTENSÃO DA INVALIDEZ, MESMO NOS CASOS OCORRIDOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI QUE INSERIU A TABELA COM OS PERCENTUAIS DE INDENIZAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DA SÚMULA N. 474. LAUDO PERICIAL QUE, IN CASU, NÃO ESPECIFICOU A EXTENSÃO DOS DANOS PERMANENTES QUE ATINGIRAM O JOELHO ESQUERDO DA DEMANDANTE. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE PERMITAM AVERIGUAR O GRAU DA DEBILIDADE. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA PARA COMPLEMENTAR O ENREDO PROBATÓRIO E VIABILIZAR A CORRETA APRECIÇÃO DA LIDE. EXEGESE DOS ARTS. 3º, § 1º, II C/C ART. 5º, § 5º DA LEI N. 6.194/74. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO DA SEGURADORA PROVIDO." (Apelação Cível n. 2012.076754-7, rela. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, julgado em 05/03/2013)."

As provas apresentadas pelas partes litigantes podem perfeitamente serem realizadas, produzidas em sede de Juízo "ad quem", nesse sentido Fredie Didier Júnior e Leonardo José Carneiro da Cunha:

"Aplica-se ao tribunal o art. 130 do CPC, que confere poderes instrutórios ao juiz — e em tribunal também há juízes; com competência funcional diversa, é claro, mas juízes. Nada justifica restringir a incidência do artigo à atuação do juízo de primeira instância. Não se pode restringir o exercício da função jurisdicional do tribunal, em competência recursal. Se a causa há de ser re-julgada no procedimento recursal, não se pode retirar do órgão ad quem a possibilidade de produzir provas que fundamentem o seu convencimento."(DIDIER Jr., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. 6. ed. Bahia: JusPODIVM, 2008. v. II, p. 504.)"

O laudo pericial apresenta-se conflitante, contraditório e omissivo, visto que, torna-se inadmissível admitir, acolher uma prova onde o perito de forma absolutamente insustentável, sem qualquer prova científica, sem utilizar um simples exame radiológico, não entrega uma prova consistente, se afasta das sequelas que atinge o estado físico atual do Recorrente.

-DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, com base nas razões expendidas, seja dado provimento a apelação para o fim de reformar a sentença recorrida, no sentido de ser indenizado o Apelante, tomando como base o percentual onde gradua a invalidez no percentual no membro inferior direito em 75% (setenta e cinco) por cento, sendo condenado a Recorrida ao pagamento dos honorários sucumbenciais em 20% (vinte) por cento, sob o valor da condenação, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Assu/RN, em 24 de fevereiro de 2022.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento
OAB/RN 7469.



RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO ACIDENTE: 30/9/2020	DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO: 30/9/2020
NOME COMPLETO DA VÍTIMA: Pedro Patricio da Silva Neto	
LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE: Fratura de punho direito	
DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATAS): Tratamento cirúrgico	
ALTA MÉDICA? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
EXISTE ALGUM DEFEITO OU DOENÇA PRÉ-EXISTENTE? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO CASO POSITIVO DESCREVER:	
COM RELAÇÃO A INVALIDEZ PODE-SE CONCLUIR QUE: <input type="checkbox"/> A INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO. <input checked="" type="checkbox"/> A INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA.	

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)

	SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO
1ª	Tronco apresenta pseudotumor, consolidação
2ª	Ulna com encurtamento do membro de ± 2 cm.
3ª	Reimbuja com a marcha claudicante
4ª	apresenta atrofia muscular
5ª	75% grave

AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VÍTIMA NO PERÍODO DE <u>Novembro</u> A <u>Janeiro</u>	
E QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.	
<u>Monov - RN</u>	<u>14/2/22</u>
LOCAL	DATA
ASSINATURA E CARIMBO Victor Crispim Médico Ortopedista RQE 11146	



APOSTAS GRATUITAS DIÁRIAS

MELHORES COTAÇÕES

JOGOS AO VIVO

CRIE A SUA CONTA

Fechar Pub

ASSÚ NOTÍCIA



Avenida Senador João Câmara, Nº 1377 Bairro Dom Elizeu – Assu/RN
(84) 9.8180-5025 (84) 9. 9999-9707

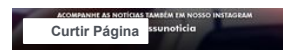


JOVEM BATE EM POSTE ENTRE O FELIZ ASSU E COHAB; VÍTIMA AGUARDOU QUASE UMA HORA PELO SOCORRO DO SAMU

Posted by Assu Notícias setembro 11, 2020



CURTA



VISUALIZAÇÕES

2 0 3 5 6 3 3 6

ANUNCIE AQUI

ANUNCIE
AQUI





**ANUNCIE
AQUI**

Assú-Cred

Correspondente Bancário Autorizado

Procure uma de nossas
Lojas mais perto de você!

**ASSÚ, IPANGUAÇU,
CARNAUBAIS, ANGICOS,
MACAU E ALTO DO RODRIGUES**

99993-2954 | 3331-4628

CREDIARIO FACILITADO

SEM COMPROVAÇÃO DE RENDA
SEM COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA

**Pague seus óculos
em até 36 vezes**

CONSULTE REGULAMENTO
99186-6161

POTIGUAR
Laboratório Ótico



OralMed

CLÍNICA ODONTOMÉDICA

Fone: (84) 99819-4842

@oralmeditaja

Praça Vereador José de Deus Barbosa
Nº 44, loja 01, Centro, Itajá/RN



ENTRAR NO GRUPO





Da redação Assú Notícia: Um jovem perdeu o controle de uma motocicleta e bateu em um poste de iluminação pública na tarde de sexta-feira 11 de Setembro de 2020, entre os bairros Feliz Assu e Cohab, na Terra dos Poetas. A vítima relatou que estava de moto e seguia para o Feliz Assu, quando teria olhado para o pneu traseiro, não conseguindo mais controlar a moto e vindo a encontro ao poste. "Eu bati com a coxa no poste, e tá doendo muito" Disse Pedro Neto, vítima do acidente.

Populares acionaram a equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, e depois de quase uma hora, a ambulância chegou no local. Uma das pessoas que estava no local, manteve contato com o secretário de saúde, Carlos Junior, para que pudesse auxiliar no resgate da vítima, e o secretário foi até a base do SAMU, para comunicar o fato, foi quando a ambulância chegou no local.

A equipe prestou os primeiros atendimentos a Pedro Neto, que foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA do Alto São Francisco, onde foi levado para Mossoró.

Vale ressaltar que, quando se registra ocorrência de acidente, populares acionam o SAMU 192 e a ligação cai em Macaíba, na região Metropolitana de Natal. Depois de minutos no telefone passando informações, a ocorrência é gerada para Assú, e eles designam uma viatura para atender a ocorrência. Neste meio tempo, dependendo da gravidade da vítima, ela pode vir a óbito no local. Não foi o caso do jovem Pedro Neto, que teve uma fratura no fêmur, porém aguardou mais de uma hora no sol quente, pelo socorro.



Portabilidade, Refinanciamento, Empréstimo para Aposentados e Pensionistas do INSS, Saque FGTS, Cartão de Crédito e Empréstimo na sua **CONTA DE LUZ**.
99993-2954 / 3331-4628
ASSÚ, IPANGUAÇU, CARNAUBAIS, ANGICOS, MACAU E ALTO DO RODRIGUES.



Postagem mais recente

Página inicial

Postagem mais antiga



Carimbos & Impressos
99929-5010
Assú

**ANUNCIE
AQUI**

**ANUNCIE
AQUI**

**ANUNCIE
AQUI**

**ANUNCIE
AQUI**

**ANUNCIE
AQUI**



**ANUNCIE
AQUI**

**ANUNCIE
AQUI**

Tecnologia do **Blogger**.

LINKS

4DZ PATRULHA

ALEX SILVA

ASSÚ RN

BARAÚNA HOJE

BETINHO NOTÍCIAS

BLOG ANGICOS NEWS

BLOG ASSÚ TODO DIA

BLOG DO LEVANY JUNIOR

BLOG DO MONTORIL

BLOG DO NICOLAS MATHEUS

BLOG SELLIGA TV ITAJÁ

DE OLHO NO ASSÚ

EM CIMA DO FATO RN

FALANDO IRREVERENTE

FIM DA LINHA

FOCO NOTÍCIA

FUT ASSÚ

ICÉM CARAÚBAS

JAIR SAMPAIO

JEGUE NEWS

JUCURUTU 24HS

JUSCELINO FRANÇA

MAGNA GOMES

MOSSORÓ 190

MOSSORÓ NOTÍCIAS



ENTRAR NO GRUPO



[CONTATO](#)

[TELEFONES ÚTEIS](#)

[FARMÁCIAS DE PLANTÃO](#)

[ANUNCIE AQUI](#)

[VOCÊ NO WHATSAPP](#)

RIACHUELO EM AÇÃO

SPP NOTÍCIAS

TENENTE LAURENTINO AGORA

CURTA

[INICIO](#)

[CONTATO](#)

[TELEFONES ÚTEIS](#)

[FARMÁCIAS DE PLANTÃO](#)

[ANUNCIE AQUI](#)

Template Editado: ASSÚ NOTÍCIA



ENTRAR NO GRUPO





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

DÉBITO CIRÚRGICO

Nome do paciente: Pedro Polício da S. Melo N° do Pront.: 65464
Cirurgia: III el. base quadril no MDD Data: 11/09/2020
Cirurgião: Pelto Auxiliar: Long F. Instrumentadora: _____
Anestesista: Leandro Anestesia: Já
Início da Cirurgia: 16:40 Término: 17:00

MATERIAL USADO	QUANTIDADE
* COMPRESSAS	5 un.
* GASES	1 pacote
* ESPARADRAPO	
* COMPRESSAS	
* LÂMINA DE BISTURI N° 24	1 un.
* LUVAS	
* EQUIPO PARA SORO	
* S CALPS N°	
* JELCOS	
* CATETER PARA SUBCLAVIA	
* SERINGAS DE 01 ML	
* SERINGAS DE 03 ML	1 un.
* SERINGAS DE 05 ML	1 un.
* SERINGAS DE 10 ML	1 un.
* SERINGAS DE 20 ML	
* AGULHAS DESCARTÁVEIS	
* Sonda ENDOTRAQUEAL N°	
* TRAQUEOSTOMO	
* Sonda URETRAL N°	
* Sonda FOLEY N°	
* Sonda NASOGÁSTRICA N°	
* CATETER PARA O2	
* Sonda PARA ASPIRAÇÃO N°	
* COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	
* BOLSA DE COLESTOMIA	
* DRENO DE PENROSE N°	
* DRENO DE TORAX N°	
* ATADURA GESSADA	
* FAIXA DE CREPOM	
* ALGODÃO ORTOPÉDICO	
* CATGUT CROMADO	
* CATGUT SIMPLES	
* FIO DE ALGODÃO	
* MONONYLON	
* OUTROS FIOS	
* USO DO BISTURI ELÉTRICO	
* USO DE OXIGÊNIO	
* SOLUÇÃO DE PVPI ALCÓOLICA	
* SOLUÇÃO DE PVPI DEGERMANTE <u>Clorox</u>	1 pacote
* SOLUÇÃO DE PVPI TÓPICO	
* SOLUÇÃO DE ETER	
* SOLUÇÃO DE ÁGUA OXIGENADA	
* SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9%	
* SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5%	
* SOLUÇÃO DE RINGER C/ LACTATO	
* SOLUÇÃO DE RINGER C/ LACTATO	
* SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES	
* MANITOL	
* XILOCAINA A 2%	
* ABD <u>10 ml</u>	

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
15.3 CONFORME O ORIGINAL
SAFE MOSSORÓ 20/11/2020
Bina
SAME/ARQUIVO
MATRÍCULA N° 98.955-0



Paciente: 65464 - PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO

FIA: 8-4243/2020

Idade: 22 ano(s) 3 mes(es) e 25 dia(s)

Prescrição Nº: 1

Hospital / Unidade: HRTM - OBS MASCULINA

Convênio: SUS/GRATUITO

Nr. Prontuário: 215014

Peso:

Data Internação: 11/09/2020 15:35

Início Validade: 11/09/2020 15:37 até 12/09/2020 15:36

Quarto / Leito: 1 - 68

Médico Resp.: 95-PABLO ROMERO DA ESCOSSIA PI

EVOLUÇÃO DO PACIENTE

11/09/2020 15:38:50 - PACIENTE COM FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR ESQUERDO
ENCAMINHO PARA CC PARA INSTALAÇÃO DE TRAÇÃO TRANSESQUELÉTICA
SOLICITO PRE OPERATÓRIO

ALGALICO DIPIRONA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NUTRIÇÃO	Quantidade	Und.	Via	Intervalo	Velocidade	Horários
1 - LIVRE						
SOLUÇÃO	Quantidade	Und.	Via	Intervalo	Velocidade	Horários
2 - SOLUÇÃO DE a - SORO FISIOLÓGICO CLOR. DE SÓDIO 0,9% 500 ML SIST. F Tempo: 23,81h	1.500	ML	IV	Contínuo	21gota/min	
MEDICAMENTO	Quantidade	Und.	Via	Intervalo	Velocidade	Horários
3 - CEFALOTINA 1G (1FA+10ML ABD) Obs.: Iniciado em: / /2020	1	FA	IV	6h/6h		
4 - DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML 2 ML Obs.: +18 ml de ABD	(SUSPENSO)	AMP	IV	6h/6h		
5 - TRAMADOL 50MG/ML - 1ML S/N em caso de dor Obs.: +100 ml de SF0,9%	1	AMP	IV	12h/12h		
6 - METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML - 2 ML S/N em caso de vômitos Obs.: +18 ml de ABD	1	AMP	IV	8h/8h	18c	
7 - RANITIDINA 25MG/ML - 2 ML Obs.: + 18ml de ABD	1	AMP	IV	12h/12h	18c	06f
CUIDADOS	Quantidade	Und.	Via	Intervalo	Velocidade	Horários
8 - CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS						
9 - CURATIVO DIÁRIO						

PABLO ROMERO DA ESCOSSIA PINHEIRO
CRM-5924/RN

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 02/11/2020

Bine
SAME/ARQUIVO
98.955-0





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 15355 /2020

Admissão: 11/09/2020 14:42:57

(Handwritten signature)

CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 65464 - PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO (22 a 3 m 25 d)

Nascimento: 17/05/1998 Natural: ACU.BRASIL Sexo: M Cor: PARDA
CNS: 700005055140601 CPF: 70535168497 Prof:
Mãe: MARIA DAS GRACAS MONTEIRO DA SILVA Pai: JOAO MARIA DA SILVA
Logradouro: PREFEITO DE SA LEITAO, 679
CEP: 59650000 Bairro: FELIZ ASSUS Cidade: ACU
Telefone: 84.33153390 Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO
Origem: SAMU RN

Tipo: REGULADO
***Empresa:**

OBS: TRASIDO PELO SAMU DE ASSU

Classificação:

11/09/2020 14:40:08

PESO:

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C. / Pulso	TEMP.	Glasgow	RTS
	130 80		98		91	96			

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: TRAUMA EM MMII D (ACIDENTE DE MOTO)

Dt e Hora: *11/09/2020 14:40:08*
Lesão de quad. de membros inferiores por trauma
sem ferimentos, apenas dor e edema
na região da coxa e tornozelo direito
APD = plano e flácido
Grado 2 supino / do p/b VHS
ALGUMA A DERMATITE / DERMATITE

Diagn. Inicial:

Assin:

PRESCRIÇÃO:	MA	HORÁRIO	ASSINT.
1. <i>Metformina</i>	<i>MA</i>		
2. <i>STO 9 1000ml @</i>	<i>MA</i>		
3. <i>Vexla 75 mg</i>	<i>MA</i>		
4. <i>EX</i>	<i>MA</i>		
5. <i>Tramadol 50mg</i>	<i>MA</i>		
ENCAMINHAR PCCC			
<i>(Handwritten signature)</i>			
<i>(Stamp: HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA)</i>			
<i>(Stamp: ESTÁ CONFORME O ORIGINAL)</i>			
<i>(Stamp: SAME M0350310211212020)</i>			
<i>(Stamp: B111)</i>			
<i>(Stamp: SAME/ARQUIVO)</i>			
<i>(Stamp: MATRICULANº 98.955-0)</i>			

***SAÍDA:** () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID _____ **Proc.** _____ **Data:** ____/____/20. **Hr:** ____:____ **Médico:** _____

*Gerado via SX por JUREIDE DE BRITO ALMEIDA. Impresso em 11 de Setembro de 2020.

(Assinar e Carimbar)



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 24/02/2022 15:00:35

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22022415003483700000075249032>

Número do documento: 22022415003483700000075249032

Vitruvo de acidente de rosto antes das cirurgias...
em posição normal, com colorido normal, "bela",
orientado e referido do + Coluna C6-C7 (P),
C7-T1 e T1-T2 (P) e Coluna L4-L5
C6-C7.

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
F. TAQUÍFORME O ORIGINAL
S. 02/11/2020
Bina
SANEIARQUIVO
MATRICULA Nº 98.955-0





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

BOLETIM OPERATÓRIO

Nome Pedro Jesus do S. Vel Reg N° _____

Diagnóstico pré-operatório: fratura do fêmur de perna

Indicação terapêutica: instalar TTE

INTERVENÇÃO

Início: _____ Fim: _____ Duração: _____

Operador: Dr. Paulo

1° Auxiliar: M. Luis Peres

2° Auxiliar: _____

3° Auxiliar: _____

Instrumentador: _____

Anestesista: M. Leopoldo

INTERVENÇÃO

Via de acesso - Incisão - Aspecto nos órgãos e lesões encontradas - Técnicas empregadas e descrição dos processos - Ligadura e suturas empregadas - Drenagem - Curativos - Diagnóstico Operatório - Prognóstico Operatório - Potencial de Contaminação

() Limpa () Pot. Contaminada () Contaminada () Infectada

Pct. de abto dorsal do fêmur

Asp. + aspirar

Posição fixa Skein 4.0. Sutura medial e TAT @

Colocar de Gesso + Hg

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
CÓPIA AUTORIZADA ORIGINAL
SANE MOSSORÓ 03/12/2020

SANE/ARQUIVO
MATRÍCULA Nº 98.955-0

Dr. Luis F. C. Nascimento
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM - 4863



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA
EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME: PEDRO PATRÍCIO DA SILVA NETO

IDADE: 22 ANOS

CÓDIGO: 215014

DATA DE ADMISSÃO: 11/09/2020

LEITO: 305-6

DATA	EVOLUÇÃO
15/09/2020	# 4º DIH POR FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR ESQUERDO <i>Dinto</i> <i>Painel em BEE em glicose</i> <i>NO normal</i> <i>BAC</i> RISCO CIRÚRGICO: CD: <i>Aguarda cirurgia</i>

hoje 15/09
10:00

	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
1	DIETA BRANDA HIPOSSÓDICA	<i>OK</i>
2	SF 0,9% - 2000 ML - EV (CORRER EM 24 HORAS)	<i>10 20 30 40</i>
3	CEFALOTINA 1G - 1 AMPOLA + 10 ML ABD - EV 6/6 H	<i>16 22 04 10</i>
4		
5	DIPIRONA - 1 AMPOLA + ABD - EV - 6/6 H SN	<i>50</i>
6	TRAMAL - 1 AMPOLA + 100 ML SF 0,9% - EV - 8/8 H SN	<i>50</i>
7	PLASIL - 1 AMPOLA NO SF 0,9% - EV - 6/6 H SN	<i>50</i>
8	OMEPRAZOL 40 MG - 1 AMPOLA - EV 1XD - EM JEJUM	<i>06</i>
9	CLEXANE 40 MG - 1 AMPOLA - SC - 1XD	<i>16</i>
10	SINAIS VITAIS + CUIDADOS GERAIS	<i>OK</i>
11		
12	<i>transfusão de 14-16 R.</i>	
13		

Fabiano Dantas de Carvalho
Ortopedia e Traumatologia
Ortopedia Pediátrica
TEOT: 15176 - CRMN: 6672

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
 ESTA CONFORME O ORIGINAL
 SAME MOSSORÓ *03/12/2020*

Bina
98.955-0





HOSPITAL
WILSON ROSADO

CARDIODIAGNÓSTICO LTDA
HOSPITAL WILSON ROSADO

PEDRO VELHO, 250
SANTO ANTONIO - MOSSORÓ/RN - 59611-010
CNPJ: 35.650.324/0001-50

Atendimento	I229720
Data:	15/09/2020
Hora:	13:11

BOLETIM DE ADMISSÃO

Nº AIH
ARIADENY

459518 - PEDRO PATRICIO DA SILVA NETO

SOLTEIRO(A) - Sexo: MASCULINO - 17/05/1998 - 22 A, 4 M, 29 D CPF: 705.351.684-97 RG: 003491382

CNS: 700005055140601 Convênio: SUS

Leito: 206-05 Enfermaria: 206 - AP 206

Endereço: PREFEITO WALTER SALITAO, N° 6.791 - CEP: 59650-000 Bairro: CONJUNTO FELIZ

Cidade: Cód.: 2400208 - ACU/RN Profissão: ESTUDANTE Especialidade: ORTOPEDIA CIRÚRGICA

Pai: JOAO MARIA DA SILVA Mãe: MARIA DAS GRACAS MONTEIRO DA SILVA

Naturalidade: ASSU Caráter de Atendimento: ELETIVO

Responsável: JOAO BATISTA MONTEIRO DA SILVA

Procedimento Solicitado: 0408050519-TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO FÊM - S723 - FRAT DA DIAFISE DO FEMUR

Diagnóstico Definitivo:

Acomodação:

Médico: 5924 - PABLO ROMERO DA ESCOSSIA PINHEIRO

Carteira:

Validade: 30/12/1899

Autorização:

Senha:

Guia:

Resultado

☐
☐
☐
☐

Curado

Melhorado

Inalterado

Piorado

☐
☐
☐
☐

Removido

Pedido

Evasão

Indisciplina

☐
☐
☐

-48 Horas

+48 Horas

Obito

Transferido: _____

História Clínica

Ata 16/09/20

Diagnóstico Provável

João Batista Monteiro da Silva

RESPONSÁVEL

Dr. Pablo Romero da Escossia Pinheiro
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 5924
TEOT 14391

PABLO ROMERO DA ESCOSSIA PINHEIRO





















